



ANEXO I

JUSTIFICATIVAS

Finalidade: Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade dos equipamentos, máquinas e materiais a serem adquiridos, previstos no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o Termo de Referência.

Justificativas:

Da necessidade da contratação

O fornecimento de equipamentos e máquinas é de fundamental importância para o desenvolvimento de atividades ligadas à Economia Criativa, realizadas no âmbito de comunidades rurais e urbanas, pois aumenta a produtividade da mão de obra labutante, melhora as técnicas de manejo, a eficiência no uso dos insumos e, consequentemente, o melhor desempenho da ação laboral e econômica das famílias beneficiadas.

Justifica as razões de interesse público, pois é extremamente necessária a contratação dos fornecimentos objeto do presente Termo de Referência. As políticas públicas voltadas para a solução das carências do semiárido nordestino, apesar de terem proporcionado alguns progressos, ainda não conseguiram melhorar substancialmente os indicadores sociais da região, que se situam entre os mais baixos do país. Contudo, é possível dizer que hoje há um consenso entre políticos e administradores, partilhado por grande parte da população brasileira, quanto à urgência da adoção de medidas capazes de melhorar a qualidade de vida da população da região e de reduzir a escassez de estrutura principalmente das comunidades rurais difusas do semiárido. As constantes secas provocam o colapso das atividades produtivas, sobretudo na agropecuária, o que impede a fixação do homem no campo e provoca a migração da população. Desta feita, a importância de proporcionar novas alternativas de trabalho e renda para as pessoas moradoras de comunidades rurais e urbanas.

Portanto, a estruturação de atividades ligadas à Economia Criativa, mais especificamente nesse Termo de Referência, a atividade de Corte e Costura, constitui-se como uma estratégia de desenvolvimento que envolvem aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais. Assim, pelo seu significativo valor social e econômico, percebe-se a grande importância que é a aquisição de máquinas, equipamentos e materiais para trabalhos na atividade citada, para atendimento às demandas das comunidades rurais e urbanas.

Com o objetivo de proporcionar a melhoria das condições estruturais e técnicas para o desenvolvimento da atividade em Corte e Costura na área de atuação da 6ª SR da CODEVASF, numa perspectiva de segurança financeira e de melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores/trabalhadoras e suas famílias, faz-se necessária a aplicação de recursos públicos para aquisição dos itens descritos neste edital.

Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO:

A modalidade de licitação é Pregão Eletrônico, considerando que se trata de **bens comuns**, pois são itens que são facilmente encontrados à pronta entrega em lojas do ramo no mercado e sua adoção visa ampliar a eficiência na competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

Da adoção SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):

A Codevasf tem como um de seus objetivos, promover melhorias no sistema de produção, por meio da aquisição de máquinas e equipamentos para auxiliar no aumento da produção de alimentos e fabricação de produtos, possibilitando a geração de emprego e renda. Em razão deste trabalho, a Codevasf recebe demandas de alguns parlamentares, para realização de trabalhos voltados para o desenvolvimento de diversas atividades produtivas, tanto com aplicação de recursos oriundos de emendas parlamentares, quanto de recursos do Orçamento Geral da União, sob requisição destes.

Todos os anos diversas associações comunitárias, situadas nas zonas rurais e urbanas dos municípios localizados na área de atuação da 6ª/SR, ingressam com pedidos para fomento às atividades produtivas diversas, através da aquisição de máquinas e equipamentos para estas, via kits doados pela codevasf.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Tomando por base a grande demanda recebida pela 6ª/SR, observa-se que há interesse por parte dos legisladores na aplicação de recursos públicos oriundos de emendas parlamentares, na estruturação de cadeias produtivas voltadas para atividades ligadas ao Corte e Costura. Neste caso, ainda há possibilidade de solicitação de mais equipamentos para atendimento de demandas futuras, até o fim do ano fiscal de 2023.

O presente processo atende plenamente aos incisos I e IV do artigo 3º do Decreto 7.892/2013, o qual versa sobre as hipóteses para a adoção de um Sistema de Registro de Preços.

Da admissão de Órgão Participante:

Não – Não será permitida a inclusão de Órgão Participante nesse certame, pois a CODEVASF-6ª/SR não possui quantitativo de funcionários suficiente para realizar os procedimentos administrativos necessários à realização dos trâmites exigidos para admissão de outros órgãos junto à esta licitação, o que implicaria em dificuldades para realização desta opção.

Da admissão de adesão dos Órgãos Não Participantes (carona):

Sim – Justifica-se pela economicidade, tendo em vista que os preços unitários tendem a ser menores quando se permite a carona devido ao ganho em escala nas aquisições, além de que são itens comumente adquiridos pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da Codevasf, proporcionando enorme celeridade e vantajosidade para as entidades da administração pública. Diferentemente da Admissão de Órgão Participante, a Admissão de Adesão dos órgãos não participantes (carona) só é realizada após a conclusão do certame, não há, nesse caso, prejuízos quanto ao alcance do término deste antes do fim do exercício fiscal de 2023; e que não há necessidade de muitos trâmites burocráticos para permissão de procedimentos de adesão, posiciona-se como possível a realização desta opção administrativa. Essa diferença em termos de exigências legais, administrativas e burocráticas viabiliza a participação de outras empresas neste certame através de “carona” e inviabiliza a participação destas na modalidade “admissão”, principalmente por conta dos prazos necessários.

Do Modo de Disputa: Estipulou-se, no item 3.2 do Termo de Referência, o modo de disputa do tipo aberto com intervalo mínimo de diferença entre os lances de (0,5 %) do valor dos itens; considera-se que o intervalo nesta proporção é razoável e permitem a plena competição entre os licitantes.

Da Adoção de Cotação por Grupo: Em anos anteriores, a composição dos kits de corte e costura adquiridos pela CODEVASF/6ªSR foi licitada através de cotação por item, ou seja, individualmente. Em alguns casos, houve atraso em alguns fornecimentos, como também distrato de contratos em vigor; além disso, alguns itens não foram licitados por falta de oferta por parte dos licitantes (itens desertos); essas situações ocasionaram como consequência, a composição de itens incompletos, fora das especificações planejadas. Outro fator que justifica a adoção de cotação por grupo é que, as empresas licitantes poderão reduzir custos com carga, descarga e frete, já que irão fornecer todos os equipamentos em lotes, o que facilita a logística e diminui os custos. Isso traz maior economicidade ao processo licitatório em questão.

Da Qualificação Técnica: No Termo de Referência, item 9.1.2.2, há exigência dentre os participantes, da comprovação de qualificação técnica através de apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica com quantitativos mínimos de 30% (trinta por cento) do contingente total para cada lote/grupo a ser licitado. Entende-se que essa proporção é razoável, pois não é alta o suficiente para restringir a ampla concorrência entre as empresas fornecedoras, muito menos baixa o suficiente para permitir a participação de empresas com baixa capacidade de fornecimento. Além disso, essa proporção está em consonância com o Acórdão do TCU 2696/2019, o qual esclarece que é irregular a exigência desse tipo de atestado com quantitativo mínimo superior a 50% (cinquenta por cento), exceto se houver justificativa técnica plausível.

Da Qualificação Econômico/Financeira: Há exigência, conforme orientação legal, de que haja contratação de empresas fornecedoras de materiais que apresentem comprovação de qualificação econômico/financeira. Neste caso, as empresas licitantes vencedoras deverão apresentar comprovação da boa situação financeira da empresa, confirmada por meio de consulta “on line” ao SICAF, mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), igual ou superior a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas abaixo, bem como, o Capital social mínimo referente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente em atendimento a resolução 857/2022 da Diretoria Executiva.

$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

$SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$

Onde:

LG - Liquidez Geral



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

SG - Solvência Geral
LC - Liquidez Corrente

Busca-se, com essa exigência, a contratação de empresas que possuam saúde financeira suficiente para garantir que os fornecimentos contratados sejam cumpridos.

Cota de Preferência ME e EPP: A 6ª/SR decidiu utilizar somente 10% dos 25% de cota de preferência para micro (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015. Com a utilização de 10%, fica garantida a participação e o fomento das micro e pequenas empresas, e por outro lado a administração consegue uma maior economicidade no processo de compra, uma vez que, verificou-se nos últimos pregões eletrônicos realizados por esta superintendência, que os preços ofertados por MEs e EPPs foram bem maiores do que de outras empresas.

Condições de participação de empresa estrangeira: Será permitida a participação de empresas estrangeiras, desde que tenham representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente, e que atendam ao disposto no Código Civil Brasileiro.

Garantia de Execução: não será exigida garantia de execução, visto que os bens a serem adquiridos são classificados como comuns, de entrega imediata e com pagamento posterior à entrega.

Permite Participação de Consórcios e Sociedades Cooperativas: Não. A logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo consequentemente não necessária a formação de consórcios. Em relação a não participação de Sociedades Cooperativas enfatizamos que a licitação será de aquisição de itens específicos, ou seja, mero fornecimento de máquinas, equipamentos e materiais, não existindo o fornecimento de serviços e mão de obra. Isso proporciona maior disponibilidade de empresas e competitividade entre as empresas, fato benéfico para a administração pública.

Critério de Julgamento: Menor preço.

Valor estimado: Público - Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 3.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Garantia do Objeto: A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da entrega técnica dos itens, prazo usual utilizado pelo mercado para esse tipo de equipamento, e visa garantir que defeitos apresentados nesse período, derivados de montagem errada ou pelo desgaste de peças defeituosas sejam corrigidos pelos fabricantes, sem prejuízo para os adquirentes do produto.

Responsável pelas informações:

Maria Valdenete Pinheiro Nogueira
Analista em Desenvolvimento Regional
6ª/GRR/UDT

De Acordo:

Júlio César da Silva Santos
Analista em Desenvolvimento Regional
Chefe da 6ª/GRR/UDT

Luciano Gomes da Rocha
Analista em Desenvolvimento Regional
Gerente da 6ª/GRR